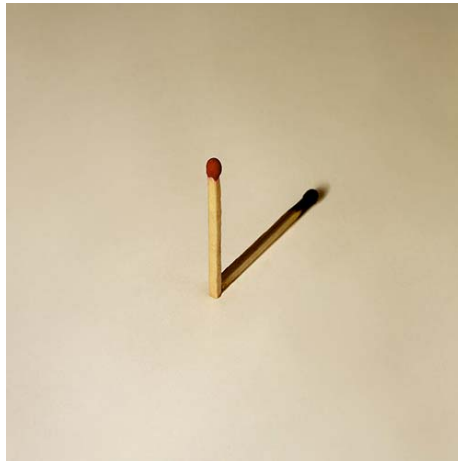


O PARADOXO DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

NOTAS A PARTIR DO *DISCURSO* DE LA BOÉTIE

José Leonardo Annunziato Ruivo*

APRESENTAÇÃO



Gostaria de iniciar esta comunicação tomando como pré-texto a obra de arte do argentino Jorge Macchi intitulada *Match*¹. Atentemos para a figura. Um fósforo sem uso encontra-se erguido. Sabemos que fósforos, assim como outros tantos objetos, possuem vida à medida que possuem utilidade: nesses casos “sem uso” significa “passível de uso”, e não inútil. Na verdade, a inutilidade do fósforo se manifesta após o instante de sua breve produção de fogo. De certo modo, aquilo que o fósforo deve produzir é aquilo que o mata, que o tornará inútil.

A imagem de Jorge Macchi parece jogar exatamente com esta relação de oposição entre o fósforo usável e outro inútil. O usável ofusca, com sua sombra, o inútil – assim não precisamos pensar nesse. Contudo, é o inútil, duplamente apagado – por ser inútil e pela sombra do outro – que sustenta o útil. E, desse modo, vemos criar-se, entre eles uma estranha relação de oposição e complementaridade. Uma relação essencialmente paradoxal.

Etimologicamente um paradoxo é constituído pelo prefixo “Para”,

* Professor de Filosofia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Jorge Macchi. *Match* (2007). C-Print 80 x 80 cm. In: <http://www.jorgemacchi.com/eng/obra29.htm>. Acesso em 20 de Agosto de 2009.

que significa ao mesmo tempo proximidade e distância, similaridade e diferença, interioridade e exterioridade, algo (...) que se encontra deste lado de uma linha, soleira ou margem limítrofe e também além dela (...) como um hóspede é submisso ao anfitrião, um escravo ao senhor. (MILLER, 1995, p. 13-14).

Assim, uma relação paradoxal exige dois pontos constituintes onde, se um deles desaparecer, a relação é desfeita. Mas também exige um terceiro ponto, limite, que aproxima e afasta os extremos, que causa estranhamento a intuição comum, a opinião – correspondentes do sufixo “Doxa”.

Penso as idéias que animam esses exemplos com o mesmo espírito das reflexões de La Boétie sobre o fenômeno da servidão. Em 1548 ele escrevia o *Discurso da Servidão Voluntária*, publicado integralmente em 1576 onde formulava o problema nos seguintes termos:

Por hora gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão quanto preferem tolerá-lo a contradizê-lo? (LA BOÉTIE, 1982, p. 12).

LUGAR DO PODER

Como interpretar a assimetria política? Sob quais condições ela se dá para superarmos essa marca constituindo um verdadeiro espaço público? No texto o problema é introduzido a partir da fala pública, portanto política, proferida pela figura clássica do homem prudente, Ulisses:

Em ter vários senhores nenhum bem sei
Que um seja o senhor, e que um só seja rei (LA BOÉTIE, 1982, p. 11)².

La Boétie aponta que justificar não ver como bom muitos senhores no poder depende do seguinte raciocínio: se um senhor pode errar – não ser um bom senhor –, com muitos senhores teríamos um acréscimo dessa possibilidade. Se a fala de Ulisses, deve visar o bem comum – pois manifesta por um homem prudente –, então o critério da liberdade política

² Trata-se de uma tradução da *Iliada*, II, 204-205.

encontrar-se-ia na figura do governante, ou melhor, de um único governante. Mas, como foi apontado, se um senhor pode errar, a argumentação de Ulisses seria sensata se visamos a liberdade política? Claramente não pois estaríamos totalmente submetidos à vontade – e aos possíveis erros – de um único governante.

O filósofo parece atribuir o erro de Ulisses a não observância do critério do bom governo enquanto equivalência numérica, de tal sorte que o governo mais justo seria aquele que negaria numericamente qualquer instância de poder: é o que aponta a primeira frase. Assim o critério de bom e de mau governo seria: mais pessoas no poder, melhor o governo, e vice-versa. Assim, se da simetria numérica se segue a simetria política a pergunta pela justiça resumir-se-ia a pergunta: “quantos no poder?”.

Esta não parece ser a via de La Boétie quando ele diz: “tal questão está reservada para um outro tempo e exigiria um tratado à parte, ou melhor, acarretaria por si mesma todas as disputas políticas” (LA BOÉTIE, 1982, p. 12). A disputa sobre o critério de definir a justiça de um regime pelo número de governantes é uma disputa essencialmente política onde o tratado filosófico não tem maior valor que um argumento tal como o de Ulisses.

Além do que, se for possível realizar uma distinção completa entre assimetria numérica e assimetria política, então esse “um” que submete “muitos” corresponderá não mais a uma figura, mas a um espaço que pode ser preenchido de modo indeterminado – não mais um, ou aquele, muitos ou aqueles!

Posto o problema – como muitos submetem-se a um – La Boétie dirá que a situação não se resume a uma luta de forças, pois são muitos de um lado submetidos a somente um de outro lado. Mesmo que, em nosso cotidiano, existam homens mais fortes que outros, o problema parece assentar sobre uma forma de encantamento e enfeitiçamento.

Vejamos: o que dá possibilidade para a existência desse um? O argumento de Ulisses indicava, embora de modo não tão claro: trata-se de uma passagem do título de senhor ao título de tirano.

Como, então, surge o senhor? Trata-se de “algum grande personagem” com qualidades tais como previdência, audácia e cuidado para com seus iguais, de tal sorte que ele passa a ser beneficiado, por seus iguais, em vista de seus feitos.

O tirano, por sua vez, é descrito como:

(...) só um homenzinho, no mais das vezes mais covarde e feminino da nação, não acostumado à pólvora das batalhas mas com muito custo à areia dos torneios, incapaz

de comandar os homens pela força mas acanhado para servir vilmente à menor mulherzinha (LA BOÉTIE, 1982, p. 13).

Como podemos imaginar que este covarde, fraco e imoral homem nos enfeitice? Ele é capaz disso? Ele sozinho é capaz de criar um limite entre força e fraqueza que não se resume à covardia?

Pensemos agora na passagem de senhor a tirano. De um lado, quem recebe o título de senhor, recebe pelas qualidades de providência, audácia e cuidado com seus iguais. De outro, o tirano, caracteriza-se pela covardia, fraqueza e imoralidade. Repondo a questão: o feitiço que a servidão traz consigo é fruto daquele que ocupa o lugar do poder ou daqueles que transferem, voluntariamente, seus direitos?

Mas, afinal, o que conecta estes extremos? O que faz do fraco e singular mais forte que o múltiplo? O que faz, da assimetria política também uma assimetria numérica?

RELAÇÃO

Que se ponham cinqüenta mil homens em armas de um lado, outro tanto de outro, que sejam alinhados em posição de combate, que acabem encontrando-se, uns livres combatendo por sua franquia, os outros para tirá-la deles: a quem *por conjectura* será prometida a vitória (...) os que esperam como recompensa de suas penas a manutenção de sua liberdade ou os que não podem esperar outro salário dos golpes que dão ou que recebem senão a servidão de outrem? (LA BOÉTIE, 1982, p.13, grifo nosso).

Cem mil homens, cinquenta mil de um lado e de outro: a disputa é numericamente simétrica. O que se disputa? A manutenção da liberdade contra o exército da servidão. O exemplo nos esclarece sobre a natureza do vício em questão: não se trata de covardia uma vez que não há enfrentamento algum ao Um. Se houvesse enfrentamento que colocasse em risco a liberdade, então aqueles que lutassem ao lado dela teriam coragem – e possivelmente venceriam – assim como o foi nas históricas batalhas dos Gregos contra os Persas, argumenta La Boétie.

Mesmo assim, como pode ser que muitos se submetam a um? Qual a clareza e distinção que faltam para vermos – nominando, apontando, definindo – e não somente enunciarmos – descrevendo, conjecturando – o agir viciado?

É sob estas questões que La Boétie interrompe o fluxo do texto indicando uma solução para o problema:

(...) não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; não é preciso que o país se esforce a fazer algo para si, contanto que nada faça contra si. (LA BOÉTIE, 1982. p. 14).

Se o país recusa “estar quites” com o tirano é porque há um consentimento, uma aprovação, um desejo, uma vontade. É assim que vemos surgir, novamente, a questão da vontade – mas agora visando menos o significado numérico da servidão que a relação entre vontade e desejo que redundam em doação infinita, ação contra si.

Por não envolver luta, combate, a relação se dá a partir de uma troca que, por sua vez, é assimétrica. Do comum desejo carente de bens, de posses e de união entre iguais que motiva as relações em geral, num estado de servidão a motivação transforma-se no seu oposto.

Assim como numa fogueira que, quanto mais alimentada com lenha, mais queima, o poder do tirano recrudescer na medida em que seu povo permite que suas casas sejam pilhadas, suas filhas entregues à luxúria do tirano, seus filhos levados à guerra ou mesmo ocupando postos da organização da estrutura servil.

É possível ler o apelo de “dar as costas ao poder”, imputando culpa aos que encontram-se na situação de servidão ou mesmo exaltando espíritos anarquistas. Porém, se levarmos em conta que a artimanha retórica do autor, assim como no argumento de Ulisses, é apontar um fato como verossímil para, aí então, iluminar a motivação deste fato, penso que estas passagens ilustram muito mais os termos necessários para a determinação da servidão voluntária que propriamente juízos de valor. Não fosse assim, o referido trecho teria fechamento diferente deste:

Mas os médicos certamente aconselham que não se ponha a mão nas feridas incuráveis; e não sou sensato ao querer pregar ao povo que há muito perdeu todo conhecimento e que, por não sentir mais seu mal, bem mostra que sua doença é mortal. Por conjectura procuremos então, se pudermos achar, como enraizou-se tão antes essa obstinada vontade de servir que agora parece que o próprio amor da liberdade não é tão natural. (LA BOÉTIE, 1982, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta apresentação buscou mapear o movimento interrogativo do discurso percorrendo o texto em si. Nosso ponto de partida foi o problema da extensão da relação assimétrica no espaço político. Ao apontar uma possível distinção entre assimetria numérica e assimetria política, a partir das conjecturas elaboradas por La Boétie, observamos a necessidade de um fundamento qualitativo da relação entre os extremos: muitos e Um. A hipótese de a servidão possuir seu fundamento na covardia foi afastada, assim como do vício fundamentar-se num engodo de massas: a insuficiência da figura do tirano, amarrada à dinâmica da atribuição do lugar do poder a alguém aponta para um desejo, uma vontade. Assim apontamos para o desejo enquanto motivador do estado contraditório que a servidão marca: não estar quites com o tirano é, na verdade, constituir o corpo político ao mesmo tempo em que dele se é expropriado. Em suma, submissão aqui não pressupõe uma causa exterior, mas sim, autoria própria que sustenta, que ergue diante de si uma divisão no poder político numa estranha dependência mútua de reciprocidade não-recíproca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert G. dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Discours de la servitude volontaire*. Paris: Vrin, 2002.

MILLER, Hillis. *O crítico como hospedeiro*. In *A ética da leitura: ensaios 1979-1989*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.